



O PAPEL DO TURISMO NA PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS PATRIMONIAIS

Helier Gomes Muniz Fernandes¹
Anderson Pereira Portugal²

RESUMO

O planeta vive por constante mudança, muitas evidências são encontradas na atualidade e retratam o que foi o passado. Parte dessa história está protegida em patrimônios espalhados pelo mundo. O patrimônio e o turismo são fenômenos distintos, mas quando se cruzam observa-se que o patrimônio se submete à atratividade turística com vistas ao ingresso de benefícios econômicos aos territórios. Mediante a tais territórios e concepções transformadas, qual influência do turismo frente aos patrimônios materiais? O patrimônio cultural material e imaterial promove o desenvolvimento interno e a capacidade de afirmação externa do lugar, a competitividade entre os lugares passa pela sua afirmação política, mas também pela forma como seduz e captam estes fluxos diversificados de agentes. A apropriação dos patrimônios pelo turismo se evidencia com o seu testemunho simbólico na sociedade, como objetos de contemplação e possível encantamento. O turismo leva ao consumo de identidade, serviços, objetos, lembranças, anseios, ilusões, histórias e sentimentos e está sujeito a transformações no território e em sua própria dinâmica. Mesmo que o turismo possibilite a geração de impactos positivos significativos, quando mal articulado e gerido, ele pode gerar externalidades negativas e refletir seus impactos. O patrimônio e o turismo se relacionam como parte do legado territorial de cada vila ou cidade, parque ou paisagem, território ou país, coma identidade e consumo que geram vínculos confusos com o poder e sua correlação de forças, sendo difícil estabelecer os limites entre um e outro, ainda mais em nosso mundo global.

Palavras-chave: Patrimônio, turismo, cultural.

ABSTRACT

The planet lives by constant change, many evidence is found today and portrays what was the past. Part of this history is protected in patrimony sites around the world. Patrimony and tourism are distinct phenomena, but when they intersect it is observed that patrimony is subject to tourist attraction with a view to the entering of economic benefits to the territories. Through such territories and tranformed conceptions, what influence of tourism in relation to material patrimony? The material and intangible cultural patrimony promotes internal development and the capacity of external affirmation of the place, the competitiveness between places involves their political affirmation, but also on the way they seduce and captures these diverse flows of agents. The appropriation of patrimony by tourism is evident with its symbolic witness in society, as objects of contemplation and possible enchantment. Tourism leads to the consumption of identity, services, objects, memories, longings, illusions, stories and feelings and is subject to transformations in the territory and in its own dynamics. Even if tourism enables the generation significant positive impacts, when poorly articulated and managed, it can

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal – Universidade Federal deUberlândia – UFU, helier.gmuniz@gmail.com;

² Doutor em Geografia pela Universidad Complutense de Madrid, Pós-Doutor em Geografia Cultural pela UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal – Universidade Federal de Uberlândia – UFU, portuguez.andersonpereira@gmail.com.



generate negative externalities and reflect their impacts. Patrimony and tourism relate as part of the territorial legacy of each town or city, park or landscape, territory or country, with identity and consumption that generate confused links with power and its correlation of forces, being difficult to establish the boundaries between one and the other, even more so in our global world.

Keywords: Patrimony, tourism, cultural.

INTRODUÇÃO

Quando se compara o planeta Terra a um livro, percebe-se que grandes feitos já foram escritos em suas páginas, desde o momento de sua criação. O planeta vive por constante mudança desde a vida microscópica à biosfera. Muitas evidências destes períodos são encontradas na atualidade e retratam o que foi o passado, ajuda a entender o presente e faz pensar nas possibilidades futuras.

A história do planeta Terra é a história de quem vive nela e seu futuro será o futuro de quem estão aqui, segundo a Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra (DELPHIM, 2009). Parte dessa história está protegida em patrimônios espalhados pelo mundo e o conhecimento contido nestes, são repassados aos indivíduos, a partir de sua apropriação e exploração.

O patrimônio e o turismo são fenômenos distintos, mas quando se cruzam parecem sintetizar-se na noção de desenvolvimento em que o patrimônio se submete à atratividade turística com vistas ao ingresso de benefícios econômicos aos territórios pela visitação aos bens culturais (TRIGO e OLIVEIRA, 2017). O patrimônio compreende a partir da escolha de uma sociedade, do que é representativo sobre sua história, de bens construídos por eles ou por bens que contam sua trajetória, que representam sua identidade e quem são podendo ser considerado como legado para humanidade.

Para compreender a relação de patrimônio e turismo, é necessário identificar como a visão de patrimônio também sofre alterações ao longo do tempo, sendo seus recursos passíveis de comercialização, e o turismo sendo possíveis responsáveis modificadores desta concepção de patrimônio, de acordo com a procura e oferta nos novos nichos de mercado.

Esta pesquisa parte de um projeto de pós-graduação, poderá contribuir para o conhecimento científico localizando o turismo como possível transformador, direcionado a discussões quanto à importância do patrimônio e a modificação de seus conceitos.

Mediante a tais territórios e concepções transformadas, qual influência do turismo frente aos Patrimônios Materiais?



O objetivo deste trabalho é caracterizar os tipos de concepções de patrimônios existentes no Brasil e apontar qual influência o turismo incide sobre os mesmos.

Este trabalho se baseia em análise documental e revisão bibliográfica a partir de pesquisadores da área de Geografia do Turismo e Patrimônio.

METODOLOGIA

Para realizar essa pesquisa foi necessário abordar temas como patrimônio cultural, material, imaterial, entre outros. Para isso, foi realizada a leitura de autores que abordaram os conceitos relacionados ao objeto da pesquisa, a qual foi realizada através da utilização de fontes primárias e secundárias, compostas por fontes documentais, leis e decretos, livros, monografias, dissertações, teses, artigos acadêmicos publicados em periódicos, revistas e jornais científicos. Também foram consultados sites oficiais, do Governo Federal, Ministério da Cultura, UNESCO, IPHAN, entre outros. Esta pesquisa integra o projeto para a futura dissertação de mestrado em Geografia.

REFERENCIAL TEÓRICO

O patrimônio é compreendido como a objetivação da produção histórico-social da humanidade. Os bens que integram o patrimônio cultural existem desde quando o homem passou a deixar testemunhos de sua presença e atividades (GONZÁLEZ-VARAS, 2008 *apud*, TRIGO e OLIVEIRA, 2017), já o reconhecimento dos objetos e testemunhos materiais como valorativos da atividade humana, é um fenômeno recente.

Na década de 1930, surgiram às primeiras leis de proteção à natureza brasileira mediante instrumentos legais pioneiros (DELPHIM, 2009) como o Código de Águas, o Código de Minas, o Decreto de Proteção aos Animais, o Código Florestal e o Decreto-lei nº 25, de 1937, que organiza o patrimônio histórico e artístico brasileiro e o qual define esse constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos históricos memoráveis ou por apresentarem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, sendo equiparados a esses bens, os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que foram dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.



Segundo o entendimento dos órgãos de preservação de bens culturais, nem tudo é considerado patrimônio (DELPHIM, 2009), visto que o reconhecimento do valor patrimonial de um bem é feito por processos que vão depender de suas excepcionais qualidades e aquele que apresentar valores reconhecidos por um órgão cultural, deverá gozar das vantagens da proteção institucional; Tais órgãos de patrimônio cultural que oferecem essa proteção atuam na defesa e preservação de tudo o que apresenta excepcional valor, não apenas de valores materiais como também dos imateriais.

O patrimônio cultural material e imaterial, de acordo com Simões (2010), promove o desenvolvimento interno e a capacidade de afirmação externa do lugar, a competitividade entre os lugares passa pela sua afirmação política, mas também pela forma como seduz e captam estes fluxos diversificados de agentes.

O processo de patrimonialização pode se caracterizar como uma prática espacial que promove alterações na reorganização ou produção do espaço, uma vez que o mesmo está pautado em políticas urbanas que preveem medidas de valorização, requalificação ou refuncionalização, as quais geram diversos questionamentos (SERRA, CONCEIÇÃO e BARROS, 2016). Para Cruz (2012) essas medidas são vistas como um mecanismo de proteção ao patrimônio histórico edificado e às manifestações culturais, consideradas representativas de um dado tempo de um grupo social, porém ela reconhece que bens patrimonializados frequentemente se tornam objetos de consumo turístico caracterizando não apenas o valor de uso, mas também o valor de troca.

A apropriação dos patrimônios pelo turismo como atrativo, segundo Trigo e Oliveira (2017) se evidenciam com o seu testemunho simbólico na sociedade, como objetos de contemplação e possível encantamento. A diversidade cultural desperta interesse de pessoas que querem vivenciar experiências diferentes do seu cotidiano, como também conhecer lugares históricos e outras culturas (SCHUMANN, 2014).

A aproximação do turismo e patrimônio, de acordo com Siobhan Drummond (2004) ocorreu com mais afinco, a partir dos anos de 1970, mas ressalta que o interesse das pessoas em visitar localidades de patrimônio histórico é antigo, como por exemplo, na época dos impérios da Babilônia e do Egito que pessoas já apreciavam o patrimônio, quando frequentavam os festivais religiosos e visitavam famosas construções e obras de arte nas cidades; Considera recente a relação entre patrimônio e o turismo organizado como atrativo turístico e sua comercialização como um produto.

Para alguns autores, segundo o trabalho de Fernandez (2017), pressupõe-se que o



turismo colabora na valorização e preservação do patrimônio, outros consideram que o resultado da relação tem sido negativo para o segundo, perspectivas e críticas negativas, de um lado, e discursos positivos de outro, considerando várias alternativas que se apresentam para aliar a riqueza natural e cultural, do lazer à recreação, bem como para enfrentar os desafios da preservação do patrimônio numa época em que a atividade turística está em expansão e a sua desregulamentação atinge várias comunidades locais ou monumentos internacionais.

A palavra patrimônio para Schumman (2014), agora é também utilizada como ferramenta de marketing, para destacar e divulgar atrativos de turismo cultural patrimonializados. Ela cita Drummond (2004, p. 6): “O patrimônio é agora uma palavra usada amplamente associada com uma série de diferentes produtos e serviços turísticos”.

Para ela, o turismo está inserido na grande área de ciências sociais e humanas, considerado um fenômeno social que promove deslocamentos voluntários, tornando-se uma necessidade essencial das pessoas, no mundo moderno. Visto muitas vezes como instrumento preponderante do lazer, cultura, mobilidade, conhecimento e fonte de riqueza, a prática turística segundo Simões (2010), pode ser considerada um dos produtos mais recentes da civilização moderna, tornando-se, em apenas meio século, numa das suas principais atividades econômicas onde melhor se espelha a essência do que hoje se designa por globalização ou mundialização.

O estudo do turismo no âmbito da Geografia se destaca a partir da década de 1960, devido ao seu desenvolvimento acelerado e sua ligação com a prosperidade econômica que marcou o período de pós-guerra nos países centrais do capitalismo (RODRIGUES, 1992). No Brasil, a história do turismo é caracterizada por um lento desenvolvimento, retratado por Trigo (2020, p.7):

A história do turismo no Brasil é caracterizada por um lento desenvolvimento atrelado aos picos de sucesso ou às crises da economia ao longo dos anos. Um país distante dos grandes centros emissores ocidentais e orientais, bastante fechado ao mundo durante décadas entremeadas de ditaduras (1930-1945; 1964-1985) e governos democráticos que nem sempre chegavam ao final dos mandatos presidenciais (Collor e Dilma). Seu ciclo de desenvolvimento acentuado, a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, sofreu a crise econômica devastadora de 2014/2015 e a crise sanitária, econômica e política de 2020, originada pelo novo coronavírus, o Covid-19.

O autor ainda vincula as dificuldades do país às crises externas:



As dificuldades brasileiras se mesclam às crises globais motivadas pelos mais variados motivos, todas atingindo, direta ou indiretamente, a cadeia de negócios ligada ao lazer e ao turismo: terrorismo fundamentalista islâmico, crises econômicas ou políticas, ascensão das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), surgimento de novos segmentos de consumo, valorização do hedonismo e da ostentação real e virtual além, é óbvio, das novas pandemias que surgiram nas últimas décadas. (TRIGO, 2020, p. 7).

No turismo, para Rodrigues (1999), se encontram áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras) o qual se faz consumo do espaço e reformula o espaço anteriormente ocupado. O espaço geográfico é considerado (CRUZ, 2003), o objeto de consumo do turismo principal, de forma que consumidor-turista deve se deslocar até o produto a ser consumido - o lugar turístico, dessa forma o turismo deposita transformações sobre os polos emissores dos fluxos, os espaços de deslocamento e os núcleos receptores de turistas.

A intensificação do uso turístico de dada porção do espaço geográfico leva à introdução, a multiplicação, a concentração espacial de objetos, cuja função é dada pelo desenvolvimento de atividades e com esse, há a gênese dos territórios turísticos e em sua dinâmica há incorporação de novos espaços e o abandono parcial ou total de outros (CRUZ, 2003).

Para a análise da produção do espaço é importante utilizar uma abordagem que considere suas materialidades e imaterialidades, o que supõe ações e relações dos agentes que a produzem (SERRA, CONCEIÇÃO e BARROS, 2016). Já o sentido de “produção” para estes autores, está relacionado à organização espacial de cada sociedade e se o espaço social influencia no modo de produção, o espaço se modifica conforme cada sociedade queira expressar suas ideias. Lefebvre (2000) concebe o espaço como produto social pautado na materialidade e no conjunto de relações que o produzem, o espaço não pode ser concebido como passivo ou vazio, pois ele atua como produto, podendo ser trocado ou consumido, e como produtor, interferindo na própria produção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Constituição Brasileira de 1988, artigo 216, há a substituição da antiga denominação Patrimônio Histórico e artístico, ampliando para o Patrimônio Cultural, onde é definido como conjunto de formas de expressão; Modos de criar, fazer e viver de grupos



sociais; Criações científicas, artísticas e tecnológicas; Obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; E os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. O Patrimônio Cultural pode ser classificado como Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial.

O registro (para Patrimônio Imaterial) e o tombamento (para Patrimônio Material) podem ser realizados em âmbitos: Municipal, por planos diretores de uma prefeitura, caso tenham leis específicas locais; Estadual, por leis específicas e a Secretárias Estaduais de Cultura; Nacional, pela União através do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), baseado no Decreto-Lei nº 25/1937 e Decreto 3.551/2000; Mundial, sendo reconhecido pela UNESCO, como Patrimônio da Humanidade.

Para o Decreto-Lei nº 25/1937, Patrimônio Material é o conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico que podem ser inscritos nos Livros de Tombo: Arqueológico, Histórico, Belas Artes e Artes Aplicadas. Sendo ainda subdivididos em: Bens Móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, fotográficos e cinematográficos; Bens Imóveis – Núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, bens individuais.

Já o Patrimônio Imaterial, segundo o Decreto 3.551/2000, contém quatro Livros de Registro: Saberes – Ofícios e modos de fazer (enraizado no cotidiano das comunidades); Celebrações – Rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Formas de expressão – Manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Lugares – Mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. São práticas, representações, conhecimentos e técnicas, segundo a UNESCO, com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais, que lhes são associados, em que as comunidades, grupos e indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

O turismo leva ao consumo de identidade, serviços, objetos, lembranças, anseios, ilusões, histórias e sentimentos e está sujeito a transformações no território e em sua própria dinâmica (SERPA e CARDIAS, 2020), de acordo com a realidade local e global, no qual se desenvolve, influencia, é influenciado e se modifica conforme a dinâmica da sociedade. Ele



possui grande potencial para gerar impactos no espaço, de forma mais ampla, vai além da paisagem, considerando todas as inter-relações que nela possam ocorrer (VASCONCELOS, 2005); Está vinculada a cultura e no turismo cultural participativo permite-se alargar e aprofundar o imaginário dos turistas, na medida em que são confrontados com uma visão mais abrangente do meio envolvente, abarcando em simultâneo as especificidades do povo, da cultura e da natureza; A afirmação de identidade, apreciada pelos turistas se dá pelo envolvimento da comunidade local, por esse envolvimento direto, o turismo cultural participativo proporciona ao turista a indispensável intimidade, própria da vida em comunidade (SIMÕES, 2010).

A prática turística introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento de alguma atividade (CRUZ, 2003). Para Santos (1988), todos os espaços são geográficos, porque são definidos pelo movimento da sociedade, da produção, mas ambos resultam a partir de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. Dentro desse espaço, o turismo pode gerar riquezas, renda e empregos, mas a exploração econômica, cultural, política ou sexual das comunidades envolvidas pode acentuar-se (TRIGO, 2020).

Problemas como a perda da biodiversidade nas localidades turísticas, agravamento das deficiências de saneamento básico, a prostituição (inclusive infantil), ou até a lavagem de elevadas quantias oriundas do narcotráfico são retratadas por Portuguesez (2017). Dessa forma, mesmo que o turismo possibilite a geração de impactos positivos significativos nas cidades e regiões que o recebe, quando mal articulado e gerido, ele pode gerar externalidades negativas ao núcleo receptor e refletir seus impactos para o local em si e suas dependências e proximidades (PANOSSO e SCÓTOLO, 2015).

A revalorização dos espaços históricos não está isenta da dramatização e espetacularização da cultura, como se fez para a construção de uma identidade nacional por meio de políticas culturais, heróis e monumentos, museus, festivais, educação cívica e comemorações patrióticas (FERNANDEZ, 2017), isso é o comércio da cultura.

O patrimônio consumido permite que as pessoas se projetem em atos patrióticos e este consumo também é um impulso, uma reconversão dos desejos e vontades humanos (BAUMAN, 2007). A mudança do entendimento ideológico da sociedade quanto ao Patrimônio Cultural, perfazem um processo contínuo de alterações de valores (COSTA, 2009).

O patrimônio cultural, citado por Costa (2009), foi inserido no circuito das



comunicações, consumo de massa e no turismo, enobrecendo os espaços urbanos que os possui, permitindo que se estabeleçam usos específicos que tiram partido do potencial paisagístico do espaço constituído. Segundo o autor, a ênfase da apropriação de bens culturais segue a conduta de transformação do patrimônio cultural em produto econômico, mercadoria e sua refuncionalização serve a ideologia do consumo para platéias cada vez maiores, sendo revestido por uma embalagem e conteúdos adequados para venda.

No âmbito acadêmico do turismo, segundo Panosso e Scótolto, (2015), as preocupações sobre o desenvolvimento de locais têm se destacado e o planejamento de ações para o desenvolvimento social, sustentável e econômico, entre demais estratégias de desenvolvimento, apareceram com mais periodicidade em livros e em revistas científicas, sendo que Países, Estados e Municípios têm recorrido ao turismo como estratégia de desenvolvimento, tomando como pressuposto que o turismo possua potencial para retificar desigualdades econômicas e sociais através da geração de emprego, renda e mesmo que algumas estratégias possam apresentar resultados positivos, é possível que outras possam ser desastrosas e dificilmente reversíveis. Faz-se necessário, segundo os autores, o planejamento de ações capazes de desenvolver turisticamente certas localidades considerando a maximização dos benefícios advindos da prática do turismo e a minimização dos possíveis impactos negativos, além de considerar a visão do habitante do local anfitrião, que acaba sendo influenciado direta ou indiretamente pela prática do turismo.

E é assim, segundo Fernandes (2017) que o patrimônio e o turismo se relacionam como parte do legado territorial de cada vila ou cidade, parque ou paisagem, território ou país, com a identidade e consumo que geram vínculos confusos com o poder e sua correlação de forças, sendo difícil estabelecer os limites entre um e outro, ainda mais em nosso mundo global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o turismo o patrimônio é um atrativo em potencial, e o seu uso como um segmento de mercado, contribui na preservação e valorização do patrimônio cultural seguindo todas as recomendações dos órgãos internacionais e nacionais responsáveis (PUCCI e CARDOZO, 2008). Com esse uso do patrimônio, percebe-se uma potencial valorização de toda a cultura da sociedade, não apenas nas mãos das classes mais abastadas como ocorria anteriormente (e mesmo assim, ainda supervalorizado), mas de todas as classes, elevando toda sua trajetória e raízes.



Porém, mesmo com essa valorização do patrimônio para serem utilizados no segmento turístico, muitos destes espaços explorados estão à mercê do tempo, pois não possuem deveras proteção e restauração. É importante buscar a colaboração do uso turístico com a preservação patrimonial, pois estão ligados, e cobrar adequadamente a esfera governamental que tem por estes espaços responsabilidade, e atuar em conjunto dos cidadãos para se conscientizarem da importância do patrimônio além do vínculo turístico, mas como livro que está escrito a história da terra, deixando o registro no tempo para futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 197, 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasil, 30 nov. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasil, 04 ago. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 12 jun. 2021.

COSTA, Everaldo Batista da. **A dialética na construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: O caso de Diamantina (MG)**. 2009. 297 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia. **A Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço**. *Geusp - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 31, 2012, p. 95 – 104.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Patrimônio Cultural e Geoparque. **Revista do Instituto de Geociências**, São Paulo, v. 5, p. 75 – 83, 2009.

DRUMMOND, Siobhan. YEOMAN Ian. Questões de qualidade nas atrações de visitação a patrimônio. Tradução de Helio Hintze, Ana Cristina Freitas. São Paulo: Roca, 2004.

FERNANDEZ, Anna María. Conmemoraciones históricas, activación y posicionamiento turístico: Centenario, Bicentenario y Tricentenario en Chihuahua. *El Periplo Sustentable*, Toluca, n. 21, p. 139-169, 2011.

FERNANDEZ, Anna María. Patrimonio y Turismo. **Revista Turismo em Análise**, [S.L.], v.



28, n. 1, p. 169-181, 11 maio 2017. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v28i1p169-181>. Acesso em: 25 maio 2021.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -. **Bens Tombados**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 15 jun. 2021.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: L'aproduction de l'espace). 4º ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev.2006.

PANOSSO NETTO, Alexandre; SCÓTOLO, Denise. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Revista de Cultura e Turismo - Cultur**, [s. l], v. 9, n. 1, p. 36 - 59, 2015.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. 3. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2017. 199 p.

PUCCI, Paulo Roberto Bannach; CARDOZO, Poliana Fabíula. Planejamento interpretativo do patrimônio cultural histórico e arquitetônico da região central da cidade de Castro - PR. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 133-153, 2008.

SCHUMANN, Ivanete. Turismo e sua inter-relação com patrimônios históricos e culturais. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo Sertanejo: patrimônio cultural e realidade social em comunidades**. Ituiutaba: Barlavento, 2014. p. 207-221

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1998. 28 p.

SERPA, Esmeralda Macedo; CARDIAS, Renata Castro. O impacto da pandemia nas agências de viagens de pequeno porte: do choque à busca pela sobrevivência. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Orgs.). **Turismo E Saúde Global Pandemia, pandemônio e novos rumos para o setor no Brasil e no mundo**. Ituiutaba: Barlavento, 2021. p. 47.

SERRA, Débora Rodrigues de Oliveira; CONCEIÇÃO, Luana Oliveira da; BARROS, Magaly Caldas. Patrimonialização e produção do espaço para o turismo na Belém-PA da Belle Époque. **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos: A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia**, São Luís, p. 1-11, 2016.

SILVA, Angela. Impacto do turismo sobre o patrimônio histórico-cultural de Ouro Preto e Mariana. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, v. 15, n. 2518, 24 maio 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14910>. Acesso em: 15 set. 2021.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Geografia e turismo - notas introdutórias. **Geography Department, University Of Sao Paulo**, [S.L.], p. 71-82, 1992. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.7154/rdg.1992.0006.0006>.



RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SIMÕES, Paulo Fernando Pereira Fabião. **A paisagem cultural do buçaco - A Singularidade de um Território Turístico e de Lazer.** 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado em Lazer, Patrimônio e Desenvolvimento) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi; OLIVEIRA, Luiz Felipe Mendes. Patrimônio, turismo e desenvolvimento: um estudo sobre a puxada do Mastro de São Sebastião em Olivença, Ilhéus-Bahia. **Revista de Cultura e Turismo - Cultur**, Santa Cruz, v. 11, n. 3, p. 184 - 207, out. 2017.

UNESCO. **Atualização do banco de dados da UNESCO sobre as leis do patrimônio cultural nacional.** 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/unesco-database-national-cultural-heritage-laws-updated/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa de. Turistificação do espaço e exclusão social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió - AL, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 47, maio, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v16i1p47-67>. Acesso em: 25 maio 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO, Secretaria Especial da Cultura. **Política de Patrimônio Material fortalece preservação no Brasil.** 2018. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/2018/11/30/politica-de-patrimonio-material-fortalece-preservacao-no-brasil/>. Acesso em: 15 jun. 2021.